



O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 484, de 2018, de minha autoria, Deputado Lobbe Neto, para debater o processo de implantação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas do País.

A biblioteca é reconhecidamente um espaço de aprendizagem, fomento da criatividade, desenvolvimento cultural e social. Buscando alcançar a real finalidade da biblioteca escolar, o Governo Federal editou a Lei nº 12.244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional — FNDE, considerando o desafio das bibliotecas escolares e atendendo às demandas oriundas da audiência pública sobre o tema realizado em outubro de 2017, na Câmara dos Deputados, pelo Requerimento nº 299, de 2017, formou um grupo de trabalho para discutir a implantação progressiva das bibliotecas escolares e propor ações concretas para um uso ativo da biblioteca.

O grupo de trabalho é formado por servidores do FNDE e conta com a colaboração de especialistas de outros órgãos e entidades, como Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Educação, Instituto Pró-Livro, Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Secretários de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Ele tem por objetivo definir parâmetros mínimos, enquanto Governo, para a implantação e funcionamento de bibliotecas escolares bem como estabelecer competências e atribuições dos atores envolvidos nesse processo, a fim de não apenas alcançar a meta estabelecida na legislação, mas também transformar a biblioteca em um efetivo espaço de formação.

Dessa forma, o Grupo de Trabalho propôs, e eu acatei a sugestão, que fosse realizada uma nova audiência pública, para apresentar os trabalhos realizados e discutir os resultados do Grupo em prol da construção de diretrizes para as bibliotecas escolares brasileiras.

Convido para compor a Mesa, agradecendo aos nossos convidados, o Sr. Lauri Cericato, Coordenador Geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE; Ivan Cláudio Pereira Siqueira, representante do Conselho Nacional de Educação; Cristian Brayner, bibliotecário da Câmara dos



Deputados; Raimundo Martins, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; Mônica Almeida Rizzo Soares, Diretora da Biblioteca do Senado Federal. (*Palmas.*)

Informo que a Deputada Raquel Muniz solicitou a inclusão também da Diretora da Biblioteca da Câmara, Sra. Janice de Oliveira, entre outros convidados. No entanto, em razão de outras reuniões já agendadas, a Sra. Janice não pôde estar presente na nossa reunião.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso solicito a todos que forem usar da palavra que falem ao microfone.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 15 minutos para sua exposição, não podendo ser apartado. O debate será aberto ao final da última palestra. As perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo que esta audiência é interativa. Há uma sala aberta, para que os internautas enviem suas perguntas, na página da Comissão de Educação.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para os debates encontra-se na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente.

Caros amigos, essa é uma lei que demorou praticamente 7 anos para que fosse aprovada e sancionada pela Presidência da República e pelo Poder Executivo. Nós entramos com esse projeto em 2003. Em 2010 ele foi sancionado. Então, foram necessários 7 anos para a sua aprovação. No Parlamento geralmente é difícil um projeto dos Parlamentares ser aprovado com uma certa agilidade. Um tema tão ligado a todas as pessoas e de profundo interesse para a rede escolar infelizmente demorou 7 anos.

Depois disso, o Relator no Senado, Senador Cristovam Buarque, ampliou de 5 para 10 anos o cumprimento dessa lei. Nós já estamos no oitavo ano, e essa lei ainda não está na plenitude da sua implantação em várias escolas.

Por isso temos o Grupo de Trabalho. Vamos fazer esse debate e esperamos que, através do FNE e do MEC, possamos incentivá-lo. Não se trata apenas de custos. Às vezes, trata-se da vontade política do gestor, tanto municipal quanto estadual, de implementar uma sala de leitura, uma biblioteca com pelo menos um título para cada aluno inscrito na sua escola. Então, não se trata apenas da questão financeira. As



peças sempre levam para o lado financeiro e econômico a não implementação de algumas políticas públicas, mas, às vezes, não é bem por aí. Trata-se da questão dos gestores mesmo, da vontade política de querer implementar uma lei e fazer com que ela efetivamente possa valer em nosso País.

Vamos passar às exposições.

Concedo a palavra a Sra. Mônica Almeida Rizzo Soares, Diretora da Biblioteca do Senado Federal.

Agradeço muito a sua presença e quero parabenizar a todos que trabalham na Biblioteca do Senado Federal, uma excelente biblioteca.

Aqueles que não a conhecem gostaria que a conhecessem, porque vale a pena conhecer a Biblioteca do Senado Federal. Parabéns pelo trabalho a todos vocês!

A SRA. MÔNICA ALMEIDA RIZZO SOARES - Bom dia a todas e a todos.

Eu inicio minhas palavras agradecendo aos membros da Comissão de Educação, em especial ao Deputado Lobbe Neto, autor desta matéria, por permitirem a minha presença aqui. Deixo também o meu agradecimento especial a Eugenia Pestana, a Secretária da Comissão, que também possibilitou esta participação.

Cumprimento meus colegas de Mesa e agradeço-lhes por compreenderem a pertinência da minha participação neste debate.

Agradeço, Deputado, o seu elogio à excelência da Biblioteca do Senado e ao trabalho que vem fazendo há quase 200 anos, desde 1826. Mantemos uma tradição de atendimento aos Parlamentares, tanto da nossa Casa quanto da Câmara dos Deputados, para que o processo legislativo possa se realizar da forma mais perfeita possível.

Participo desta audiência pública como bibliotecária há quase 40 anos; como mãe e, por conseguinte, educadora; como leitora ávida e estudante pesquisadora até o presente momento.

Num momento em que tanto mundialmente quanto no Brasil se cogita o fechamento de bibliotecas ou outras formas de diminuição do número de bibliotecas, sob o argumento da economia e do enxugamento da máquina pública, venho somar minha voz a outras aqui presentes na defesa — ou *advocacy*, como querem alguns — das bibliotecas, especificamente das bibliotecas escolares, que têm papel fundamental na formação de crianças e jovens, sem nos esquecermos dos adultos que empreendem grande esforço para se educarem tardiamente.



Como estabelecido no manifesto conjunto da IFLA e da UNESCO pela defesa das bibliotecas escolares lançado em 1999, essas bibliotecas visam a que os cidadãos se tornem pensadores críticos e efetivos usuários da informação.

Estou certa de que todos conhecem a UNESCO, mas possivelmente alguns desconhecem a IFLA — Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas, entidade internacional que representa os interesses dos serviços de informação de bibliotecas e de seus usuários, a voz global da profissão de bibliotecário e cientista da informação. Fundada em 1927, na Escócia, comemorou seu 90º aniversário em 2017. Atualmente conta com mais de 1.400 membros em 140 países de todo o mundo.

A Biblioteca do Senado Federal e também a Biblioteca da Câmara dos Deputados são membros efetivos da IFLA.

Como membro dessa federação, tenho contribuído ativamente, há mais de 10 anos, para a defesa dos interesses das bibliotecas e dos bibliotecários.

Entre as diversas atividades da IFLA, destaco a publicação de material bibliográfico relevante para a categoria. Um desses documentos é as *Diretrizes para a Biblioteca Escolar*, publicada no ano de 2015 e traduzida para o português em 2016. De acordo com esta publicação, a biblioteca escolar é o espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, a pesquisa, a investigação, o pensamento, a imaginação e a criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural.

Ainda conforme as *Diretrizes*, os serviços da biblioteca escolar devem incluir formação profissional para o corpo docente; programa estimulante de literatura e leitura, tendo em vista o sucesso educativo, o prazer e o enriquecimento pessoal; a aprendizagem baseada em pesquisa e desenvolvimento do letramento da informação; e a colaboração com outras bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas e comunitárias.

É importante mencionar os esforços do Parlamento brasileiro e, em especial, do Deputado Lobbe Neto, que, em 2003, apresentou a matéria no Projeto de Lei nº 1.831, que foi finalmente sancionado no ano de 2010.

Como sabemos, a criação de uma legislação precisa ser acompanhada de iniciativa e outros esforços, que foram, com muita propriedade, categorizados pela bibliotecária e



pesquisadora da Universidade de São Paulo — USP Lilian Viana, em sua recente dissertação sobre a situação das bibliotecas escolares no Brasil.

Eu aqui trago a voz da pesquisadora e vou apresentar os resultados dessa pesquisa. De acordo com a pesquisadora, esses esforços podem ser resumidos nas seguintes categorias:

Vontade política: categoria essencial às políticas para bibliotecas escolares. Gestores políticos têm papel de destaque na determinação de quais problemas serão alvo de ações e, do mesmo modo, decidem a estratégia que será posta em prática para a implantação de bibliotecas escolares.

O protagonismo profissional é fundamental para a criação e a execução de ações inovadoras em torno de bibliotecas escolares:

(...) profissionais que colocam em prática a decisão política, quando inseridos no processo como sujeitos, não apenas reconhecem a importância de seu esforço para a transformação de um cenário problemático, como criam oportunidades diferenciadas para transformá-lo.

O tempo político é aqui compreendido como "período necessário entre a definição das ações e o prazo para a percepção de seus benefícios para a população (...)".

O Deputado mesmo mencionou que o tempo político, por vezes, é muito longo. Foram necessários 7 anos para que a tramitação dessa matéria pudesse chegar, com êxito, à sanção. Esperamos que o desenvolvimento e a implementação em todo o País dessa política não demorem tantos anos quanto àqueles que a legislação permite.

O tempo é "categoria implícita da política", permeia abordagens permanentes que compreendam tanto os sujeitos da ação quanto ações que confirmem qualidade e longevidade a esse organismo vivo que é a biblioteca escolar.

O diálogo política-conhecimento desponta como categoria do processo:

(...) o desconhecimento que marca a biblioteca escolar acentua ainda mais a relevância desta dimensão (...). A vinculação da política pública com instâncias que, por dever de ofício, dedicam-se a estudar, compreender e buscar soluções a problemas que envolvam a biblioteca escolar, mostrou-se fundamental ao enfrentamento de questões, que historicamente vinham sendo respondidas pelo empirismo dos contextos profissionais. Diagnósticos e soluções que ultrapassaram a dimensão imediata dos fatos e situações do terreno (...) foram



fundamentais ao enfrentamento da complexidade (...) que marca o quadro das bibliotecas escolares em nosso País.

Visibilidade: categoria inalienável da política pública para bibliotecas escolares, a comunicação das ações realizadas e seus resultados permite revelar benefícios e a satisfação da população. (...) Assim, a visibilidade atende a diferentes aspectos que, no caso das bibliotecas escolares, sejam, talvez, ainda mais significativos, face aos contextos e representações que perpassam o imaginário social.

Qualificação dos quadros — e entendo que o meu colega de Mesa vai falar disto com muito mais propriedade do que eu:

A pesquisa revelou a fundamental importância dos profissionais, sob diferentes aspectos (...). As especificidades da implantação da biblioteca escolar, com a requisição de saberes provenientes dos campos da Informação e Educação, demandaram articulações entre profissionais de ambas as áreas, que não são óbvias, nem frequentemente encontradas nos contextos nacionais.

Outra categoria relevante são as instâncias de negociação, que têm destaque em uma política pública que busque consolidar o papel da biblioteca na educação.

A avaliação é categoria voltada à verificação de resultados e norteadora da renovação de processos e práticas, na medida em que permite conhecer elementos positivos e negativos da ação. Para que a avaliação seja realmente útil é preciso que seus critérios sejam definidos claramente e busquem conhecer os resultados da ação, face ao seu problema inicial. (...)

A renovação da política relaciona-se intrinsecamente à avaliação, pois seus resultados permitirão o redimensionamento das ações. (...)

A participação comunitária é categoria fundamental à política pública em perspectiva democrática, fazendo com que as decisões extrapolem os gabinetes políticos e demais instâncias administrativas do Estado.

A pesquisa da bibliotecária Lilian Viana "evidenciou a importância de que esta dimensão seja fortemente considerada para que os sujeitos criem vínculos efetivos com a biblioteca escolar, fundamentais para a sua consolidação. Assim, medidas que caracterizem a biblioteca escolar como um valor social são importantes para que as vinculações com os sujeitos não se rompam".



Espero fortemente que essas considerações venham a contribuir para o processo de implantação da Lei nº 12.244 e que as ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além daquelas da iniciativa privada, permitam que esta missão quase impossível possa ser concluída num menor espaço temporal possível.

Apresento aqui a minha disponibilidade para continuar cooperando na implementação desta legislação e de outras iniciativas que visem à defesa das bibliotecas brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço à Sra. Mônica e a parabênizo mais uma vez pela sua fala.

Passo a palavra ao Sr. Cristian Brayner, bibliotecário da Câmara dos Deputados. Quero também agradecer a ele o livro que recebi hoje com a sua dedicatória.

Muito obrigado.

O SR. CRISTIAN BRAYNER - Saúdo, na pessoa do Deputado Lobbe Neto, os membros da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Cumprimento a Mesa e todos os presentes neste plenário, em particular os Presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, bem como os que nos acompanham ao vivo por meio da Internet.

Reza o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que uma audiência pública tem dois fins, sendo um deles — abre aspas — "*tratar de assuntos de interesse público relevante*" — fecha aspas. Estou seguro de que nenhum de nós ignora a importância da biblioteca escolar na vida de uma comunidade, esteja a escola situada num quilombo maranhense ou no gigantesco sistema público de ensino do Estado de São Paulo.

Não por acaso, muitos países contemplam em seu ordenamento jurídico a figura desse equipamento cultural e pedagógico. É o caso da França, por exemplo, que há mais de 150 anos, por meio da chamada *Charte des bibliothèques scolaires*, tornou obrigatória a instalação de uma biblioteca em todas as suas escolas urbanas e rurais. Embora mais tardio esse também é o caso do Brasil, que desde o dia 24 de maio de 2010 possui uma lei ordinária destinada a universalizar as bibliotecas nos estabelecimentos de ensino. Entretanto, é difícil constatar que a lei em questão, que recebeu o número 12.244, não produziu os frutos desejados, ou pelo menos não da forma abundante que nós esperamos.



É verdade que o prazo de uma década estabelecido pelo próprio legislador para que isso ocorresse ainda não venceu. Contudo, o tempo me parecia veloz e pouco inventivo, o que me levava a crer no risco de a lei em questão virar letra morta. Felizmente, na manhã do dia 24 de maio do ano passado, esta Comissão de Educação realizou, neste mesmo plenário, uma audiência pública destinada a diagnosticar os desafios enfrentados pelos Prefeitos, pelas Secretarias de Educação e pelos bibliotecários para garantir bibliotecas a todas as comunidades escolares do País. Foram convidados para falar na ocasião representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE; do Instituto Pró-Livro; da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME; do movimento Eu Quero a Minha Biblioteca; e do Conselho Federal de Biblioteconomia — CFB, representando os bibliotecários brasileiros. Da plateia, acompanhei todas as apresentações. Havia apenas dois bibliotecários na ocasião.

Aos poucos, foi sendo identificada uma multiplicidade de dificuldades envolvendo a pauta. Embora todos reconhecessem a natureza garantista da Lei nº 12.244/2010, ressaltavam os desafios de concretizá-la. Uma das razões apontadas era que, em alguns aspectos, ela era excessivamente generalista — como a boa técnica legislativa impõe a uma lei ordinária, diga-se de passagem — e em outros, restritiva, exigindo, portanto, regulamentação. Tornava-se difícil efetivá-la, em particular nos pequenos Municípios, desprovidos de recursos econômicos e humanos. Eu mesmo, na ocasião, pedi a palavra, a qual foi generosamente concedida pela Deputada que presidia a audiência. Compartilhei meu sofrimento frente ao conceito de biblioteca escolar firmado pelo legislador no parágrafo único do art. 2º da lei. Sempre me incomodou definir a biblioteca escolar simplesmente a partir do tamanho do acervo, definição piorada em virtude de uma relação matemática que não fechava — um livro para cada aluno matriculado —, distante a léguas do firmado pela UNESCO, a saber, 2.500 títulos para a menor biblioteca escolar. Tão maléfico quanto o excesso era o hiato. O que seria uma biblioteca escolar? Um espaço, um serviço ou um conjunto de produtos? Sendo espaço, quantos metros de área? Diante do abacaxi, solidarizei-me com os 5.570 Prefeitos do País.

A audiência estava chegando ao fim. Temi que tudo terminasse ali, entre cumprimentos e lamentações pelo não realizado. Suspirei aliviado quando a Mesa, apoiada pelos Deputados presentes, acolheu a proposta de se formar um grupo de trabalho destinado a discutir parâmetros para as bibliotecas escolares, o primeiro desde a



promulgação da lei, diga-se de passagem. O FNDE, na figura do Sr. Wilson Troque, que está ali, nosso amigo, à época Coordenador-Geral dos Programas do Livro — posteriormente assumiu a pasta o nosso amigo Lauri — protagonizou a criação do GT.

Apresentarei, de forma muito ampla, alguns pontos norteadores de nossas atividades no curso desses 12 meses. É bom deixar claro que a audiência pública não gravita em torno apenas de elucubrações, mas de um produto. Nós estamos devolvendo, de certo modo, à Casa do Povo, à Câmara dos Deputados, um trabalho desenvolvido e protagonizado pelo FNDE.

Primeiro, tivemos o reconhecimento de que a biblioteca escolar é um equipamento cultural extremamente complexo, que envolve uma profusão de variáveis técnicas e normativas. Além disso, quem ousasse adentrar nesse campo não se poderia eximir de adotar uma postura sensível e corajosa frente às realidades sociais e econômicas tremendamente distintas que marcam a sociedade brasileira.

Essas diferenças são constatáveis mesmo num perímetro modesto. Por exemplo, o Distrito Federal, que lidera o *ranking* da renda *per capita* entre as Unidades da Federação, é também a unidade federada que abriga a maior favela horizontal do País. Portanto, com a intenção de respeitar as nuances do objeto tratado, bem como as particularidades das comunidades escolares de nosso País continental, o grupo de trabalho congregou diversos especialistas: representantes do Governo e do Parlamento, professores universitários e técnicos do mercado editorial, além, evidentemente, de bibliotecários, professores e outros profissionais da educação, representados por suas entidades.

Como trabalhamos? Darcy Ribeiro costumava dizer que o livro, o tijolo com que se constrói o espírito, só pode ser dado ao povo por meio da memória. Assim, no curso das primeiras semanas, esses colegas especialistas foram compartilhando suas expectativas, recorrendo, tantas vezes, às narrativas memoriais de décadas dedicadas às bibliotecas e às escolas. A plena liberdade de divergir evidenciava o alto nível de ética na condução dos trabalhos.

Para garantir maior organicidade aos encontros, confrontamos preliminarmente a Lei nº 12.244 com as realidades enfrentadas, valendo-nos, além da memória, dos relatórios técnicos do INEP. Reiterou-se a conclusão da audiência pública do dia 24 de maio de 2017: a Lei nº 12.244, econômica em palavras, como a boa técnica legislativa impõe, deveria ser parametrizada.



Tivemos pela frente dois grandes enfrentamentos: primeiro, a categorização de espécies de bibliotecas e outros equipamentos destinados à leitura no espaço escolar; segundo, o consentimento da presença de outros atores além do bibliotecário em alguns desses equipamentos, sob condições específicas. Estávamos seguros de que essas medidas, longe de representarem uma ameaça ao estabelecido pela Lei nº 12.244, criariam uma tensão muito positiva entre o real e o desejado. Afinal de contas, por que não apostar em modalidades de equipamentos neste período de adaptação e esforços estabelecidos pelo próprio legislador? Nós sabemos que o legislador estabeleceu 10 anos. Para ser exato, temos a partir da data de hoje, Deputado Lobbe Neto, 545 dias para que o cumprimento da lei de sua autoria seja passível de fiscalização pelos conselhos regionais.

Aquela era a hora de identificar a melhor ferramenta para estabelecer esses parâmetros. Talvez, os nossos anseios, ou pelo menos parte deles, já fossem objeto de um projeto de lei. Para tirar a prova, mapeamos todas as proposições tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e as esquadrimos uma a uma. Impressionamo-nos com a diversidade de subtemas envolvidos: isenção tributária de livros, criação de uma rede de bibliotecas escolares, vale-livro, políticas de desenvolvimento de acervo, algumas restritivas, outras não tanto, e mesmo adicional de insalubridade para bibliotecários.

Sabíamos então que nenhuma daquelas proposições — 23 ao todo — contemplava as duas tensões cardinais apontadas pelas comunidades escolares com representação no GT. Caso alguns dos projetos de lei abarcassem essa pauta dupla, encerraríamos imediatamente as nossas atividades e nos dedicaríamos, cada um a seu modo, a fomentar as discussões no âmbito do Parlamento e a posterior aprovação da proposição. Não era o caso, como já dito. Também podíamos sugerir ao Presidente da República, via Ministério da Educação, FNDE, a apresentação de um projeto de lei que contemplasse amplamente aspectos atinentes à biblioteca escolar e atualmente pulverizados em diversas proposições legislativas. Entretanto, resistimos à tentação de megalomania, normalmente embebida na mais pura ingenuidade de quem não conhece a vida pulsante do Parlamento. E também não nos parecia inteligente que algumas propostas embrionárias, como, por exemplo, a criação de uma rede, de um sistema nacional de



bibliotecas escolares, por exemplo, fossem simplesmente abortadas sem uma discussão no âmbito do Parlamento com a participação de toda a sociedade.

Sabe quanto tempo durou a tramitação da agora Lei nº 12.244? O Deputado já soprou: 7 anos. Não estávamos dispostos a negar a conquista dessa lei, nem tampouco os desafios para o seu cumprimento.

Os meses de atividade intensa por parte dos membros do GT se materializaram numa minuta de resolução. Eu ressalto: minuta de resolução. Em nome da transparência, vale a pena definir o tipo normativo. Resolução é um ato administrativo que parte de autoridade superior com o fim de disciplinar matéria de sua competência. Quanto à sua natureza, ela é sempre completiva, jamais supletiva, substitutiva. Portanto, não há que se falar em ameaça ao firmado por meio da Lei ordinária nº 12.244. Logo, a resolução não tem nem poderia ter a pretensão de funcionar como substitutivo. Pelo contrário! A minuta em questão, portanto, passível de cortes e acréscimos, foi sendo tecida no molde da lei citada. Ou seja, todo o trabalho foi desenvolvido a partir da Lei nº 12.244, bem como das resoluções emanadas do próprio Conselho Federal de Biblioteconomia. Mesmo o silêncio da resolução deve ser acolhido dentro dessa relação respeitosa com o ordenamento jurídico, mesmo com a legislação inferior, com atos normativos inferiores, como no caso das resoluções do Conselho Federal. Explico-me, apenas entrando um pouco na casuística: no texto da minuta da resolução não se estabeleceu prazo de validade da mesma. Qual o motivo? Simples: por sua natureza supletiva e subordinativa, o prazo vigente já foi determinado pela própria Lei nº 12.244 em seu art. 3º.

Como meu tempo de fala é de apenas 15 minutos, eu gostaria de entrar muito rapidamente na estrutura da minuta, que é constituída apenas por 5 artigos, sendo que no art. 1º se estabelece a finalidade e são instituídos parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e outros equipamentos destinados à leitura.

Aqui, há um cuidado de não se confundir a biblioteca com equipamentos congêneres, mas não idênticos. Biblioteca pressupõe, pela própria Lei nº 12.244, a presença do bibliotecário. Então, nós estamos falando de bibliotecas e outros equipamentos destinados à leitura vinculados a qualquer estabelecimento de educação básica mantido pela União, pelas Unidades da Federação e mesmo pela iniciativa privada.



No art. 2º, nós apresentamos esses equipamentos a partir de uma relação entre o número de alunos matriculados e essas modalidades de bibliotecas e equipamentos destinados à leitura, como já estabelecido pela própria ementa do ato normativo.

Há um parágrafo único importante aqui, que faz menção exatamente à Lei nº 12.244 e aos sistemas de ensino do País. Ou seja, embora se reconheça a possibilidade de haver acervo de classe, sala de leitura e biblioteca escolar, que nós classificamos como de nível 1 e de nível 2, esse parágrafo único nos remete à Lei nº 12.244, quando diz cabe aos sistemas de ensino do País atuarem em prol da instalação e funcionamento progressivo de bibliotecas em todas as escolas, conforme preceituado na lei já citada. E o art. 3º diz que toda comunidade escolar tem o direito de desfrutar de equipamentos de leitura elencados no artigo anterior que atendam padrões de qualidade e acessibilidade. Aí nós apresentamos alguns desses padrões.

É bom ressaltar que a resolução, por uma razão até subordinativa à lei ordinária, não pode inovar. Por exemplo, a lei estabelece que a biblioteca ofereça um livro, um título por aluno. A resolução não poderia dizer o contrário. Ela não poderia dizer dez livros por aluno, por razões óbvias. Isso poderia inclusive resultar num processo de judicialização. Então, há uma relação de absoluta subordinação e docilidade do grupo à lei ordinária.

Por exemplo, consta no inciso I do art. 3º:

Art.

3º.....
.....

§ 1º Oferecer, no mínimo, um título por aluno matriculado, contemplando a diversidade de gêneros e estilos literários.

Assim, nós vamos construindo alguns elementos que consideramos de qualidade e fundamentais para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Cristian, se todos concordarem, eu vou lhe conceder mais 5 minutos para que você possa fazer a leitura da resolução.

O SR. CRISTIAN BRAYNER - Está bem. Eu começo a ficar esbaforido porque eu sei que já passou muito tempo. Então, excelente!

Todo o art. 3º, na verdade, vai apresentando padrões de qualidade e acessibilidades.



Qualquer um dos senhores e das senhoras pode perguntar: *"De onde o grupo tirou esses padrões de qualidade e acessibilidade?"* Das resoluções do Conselho Federal de Biblioteconomia e da própria lei, quando isso está presente. A lei dá alguns sinais, alguns indicadores, e nós fomos trilhando exatamente esses indicadores. Não há absolutamente nenhuma inovação no âmbito da resolução quanto a esses critérios.

O inciso VI diz:

Art. 3º

.....
.....

VI - Garantir uma estrutura física adequada para a disposição do acervo e a oferta de serviços de informação, obedecendo aos seguintes preceitos (...).

E nós apresentamos as seguintes modalidades: acervo de classe, sala de leitura, biblioteca escolar nível I e nível II.

O inciso VII diz:

Art. 3º

.....
.....

VII - Priorizar o atendimento especializado nos seguintes termos:

- a) acervo de classe, sob o encargo do próprio professor;*
- b) sala de Leitura, sob o encargo de um técnico em biblioteconomia, professor ou técnico administrativo, exigindo-se para os dois últimos capacitação para a função;*
- c) biblioteca escolar nível I, sob o encargo de um técnico em biblioteconomia, professor ou técnico administrativo, exigindo para os dois últimos capacitação para a função, com a supervisão obrigatória de um bibliotecário lotado no órgão coordenador dos sistemas de bibliotecas das instituições privadas ou das secretarias municipais e estaduais de educação ou afins;*
- d) biblioteca escolar nível II, sob a coordenação presencial de um bibliotecário, podendo este supervisionar outras três bibliotecas — o que também se submete à resolução do Conselho Federal do mesmo órgão coordenador desses sistemas —, desde que estas, em conjunto, não ultrapassem quatro mil alunos matriculados.*



§ 2º O acervo, independentemente do equipamento ao qual pertença, será catalogado — ou seja, pressupõe-se uma atividade técnica mínima e condições mínimas de acessibilidade e de consumo desses serviços — e se desenvolverá de modo permanente, em função das necessidades da comunidade escolar.

Nós sabemos muito bem que há o risco de determinado acervo ser catalogado, jogado num espaço e considerado simplesmente o.k., quando não está o.k.

§ 3º Os critérios e parâmetros técnicos de edificação, instalação e adaptação de bibliotecas escolares e seu entorno devem ser submetidos às condições de acessibilidade em conformidade com a NBR 9050.

Art. 4º Os sistemas de ensino da educação básica deverão desenvolver esforços para oferecer suporte financeiro para a universalização de bibliotecas nas escolas públicas e privadas, de maneira a serem alcançados os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

O que fica nítido é que, nos dois momentos de uma resolução extremamente econômica em palavras, não minimizamos e muito menos ignoramos a lei ordinária. Nós fazemos menção à importância e à primazia da biblioteca nesse processo, mas nós também reconhecemos que, na atual conjuntura, nesse período que antecipa a data-limite estabelecida pelo próprio legislador, que é 24 de maio de 2020, é importante que não entremos simplesmente na lógica da letargia e não deixemos de fazer algo em relação a um País com realidades tão distintas, tanto do ponto de vista do número de bibliotecários quanto do ponto de vista da possibilidade de construção de espaços e de equipamentos de leituras.

Ao findar as minhas palavras, parabenizo mais uma vez o Deputado Lobbe Neto e agradeço a S.Exa. a autoria da Lei nº 12.244, de 2010. Eu o acompanho há muitos anos. Nas suas três legislaturas, S.Exa. tem atuado de forma muito aguerrida, muito corajosa, em prol das bibliotecas, das pautas do livro, leitura e literatura. À Comissão de Educação meu muito obrigado por ter pautado essa temática em duas ocasiões.

Esta audiência, de certo modo, fatura uma prática muito recorrente no âmbito do Parlamento, a de se estabelecerem as vozes dentro de uma lógica de depreciação, de lamentação ou simplesmente de proposição. O que estamos fazendo é apresentar um fruto já maduro ou pelo menos em processo de maturação. E esse fruto foi semeado exatamente nesta Comissão, não foi em outro lugar. Se a Comissão de Educação não



tivesse acolhido, como acolheu, no dia 24 de maio — aliás, não me lembro mais quando foi, mas foi no ano passado —, a proposta de se pensar num grupo de trabalho, isso não teria acontecido.

Eu também gostaria de parabenizar o FNDE, por ter tomado para si o encargo de conduzir os trabalhos e de agradecer a todos os meus colegas, ao Instituto Pró-Livro, à UNDIME, ao CONSED, à Bernadete Campello, que representou a academia e que nos ajudou muitíssimo — e nós conhecemos muito bem a Escola de Ciência da Informação —, e à Marília, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região e professora da Escola de Ciência da Informação. Eles têm uma excelente equipe, um grupo de estudo extremamente avançado nessa área. Enfim, nós tivemos a colaboração de todas essas figuras.

É com alegria que devolvemos a esse colegiado a minuta de resolução, fruto semeado neste plenário. Eu acredito que outros frutos virão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço ao grupo de trabalho a minuta de resolução. Espero que ela seja implementada. Fico alegre em ver que os frutos estão acontecendo. Agradeço mais uma vez ao Cristian a fala e o livro que recebi com sua dedicatória.

Com a palavra Lauri Cericato, Coordenador-Geral do Programa do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.

O SR. LAURI CERICATO - Saúdo, na pessoa do Deputado Lobbe Neto, todos os membros da Mesa e da Comissão, os presentes a esta audiência pública e os que estão nos acompanhando.

Cabe ressaltar que o primeiro aspecto destacado na publicação da Lilian Viana, da Universidade de São Paulo — USP é a vontade política. Sem vontade política, não teríamos dado andamento a este GT de Biblioteca Escolar. Desta forma, eu agradeço ao Sílvio Pinheiro, que instituiu uma portaria para que esta iniciativa pudesse ser trabalhada dentro do FNDE; ao José Fernando Uchôa, Diretor da DIRAE, diretoria em que estamos alocados; e ao Wilson Troque, que está aqui e foi meu antecessor, alguém que deu celeridade, reunindo grupos tão diversos, tão distintos em sua pauta, em seu pleito, e conduziu os trabalhos. Eu tenho a função final de apresentar a consolidação do trabalho desenvolvido.



(Segue-se exibição de imagens.)

O grupo de trabalho foi instituído, em abril, por uma portaria, com três princípios básicos, essenciais, para que esta vontade política, em termos de política pública, desse os seguintes andamentos: primeiro, a análise dos projetos de lei relacionados às bibliotecas em tramitação na Câmara e no Senado, para que tivéssemos a convergência de propostas e realizássemos a execução com brevidade, porque sabemos da importância da biblioteca escolar na formação dos nossos alunos; segundo, a definição de parâmetros mínimos, na esfera do Governo, para a implantação e o funcionamento dessas bibliotecas escolares; terceiro, o estabelecimento de competências e atribuições dos atores envolvidos no processo de implantação e de funcionamento das bibliotecas escolares, nas esferas federal, estaduais, municipais ou privadas.

Nós sempre lembramos que o FNDE é o órgão executor das políticas públicas; o MEC e a SEB são os órgãos que avaliam o conteúdo dos livros e definem o currículo existente; e nós, FNDE, executamos a política pública.

Em 2017, nós tivemos um grande avanço quando unificamos os programas do livro. Nós tínhamos o PNLD didático, o PNBE de literatura, de biblioteca. Com a publicação do Decreto nº 9.099, de 2017, nós unificamos o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, que compõe a aquisição do PNBE literário e os acervos para as bibliotecas escolares, que é nossa competência na educação básica, na coordenação-geral do programa do livro.

O PNLD Literário é um programa que está em fase de execução. Já foi iniciada a entrega de 54 milhões de exemplares de livros nas escolas, tanto para o acervo, a biblioteca escolar, como a entrega de títulos que vão para as mãos dos alunos, em alguns segmentos, a fim de fomentar a leitura, porque nós entendemos a importância do processo de aprendizagem para o desempenho, ao longo da vida, do aluno que lê.

Eu não vou citar os nomes de todos. A convivência maior foi com o Wilson, mas nós nos congregamos ao redor da Mesa e fizemos um agradecimento especial às seguintes entidades: o FNDE e todas as suas coordenações internas; o Conselho Federal de Biblioteconomia, o MEC, o CRB, a Câmara Brasileira do Livro, o Instituto Pró-Livro, o CONSED, a UFMG, a UNDIME, a SECADI/MEC, o Conselho Nacional, a DIGAP. Esta equipe multidisciplinar que trabalhou ao longo dos últimos anos sugere resoluções para implementarmos, de fato, o que está previsto em lei.



O que nos incomoda tanto? O percurso muito rápido com números, a fonte do Censo INEP de 2017. Das 180 mil escolas presentes no Brasil com códigos no INEP, temos 98.635 mil sem nenhum espaço, sem nenhum acervo, sem nenhum canto para leitura, sem nenhuma biblioteca escolar. Das nossas escolas, 55% privam os alunos da educação básica do acesso a uma sala, a um canto, a uma leitura, acesso primordial à literatura.

Há um segundo dado interessante: das 180.142 mil escolas, temos 10 mil na esfera privada, 76 mil na esfera municipal, 4 na esfera federal e 11.911 mil na esfera estadual.

O grupo de trabalho teve a função de dar celeridade a este processo e de implementar as políticas públicas e a legislação vigente, para não perdermos mais nem um dia sem colocar os livros dentro das bibliotecas escolares, qualquer que seja a modalidade a que elas pertencem. Nesse sentido, como Conselho Federal, nós fomentamos a intencionalidade de dizer em que aspectos podemos avançar, nos termos da legislação vigente, para que se efetive e nós cheguemos ao fim do período da implementação da lei com todas as escolas brasileiras com biblioteca escolar, seja um canto de leitura, seja o que for.

O Cristian já mencionou alguns desafios para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e outros equipamentos destinados à leitura.

Portanto, compete às instituições de educação básica criar e fazer funcionar um dos seguintes equipamentos. São quatro categorias — nós temos uma pauta que é fruto de longa discussão subsidiada por todos os dados e todos os participantes do grupo de trabalho.

Acervo de classe: numa classificação e estratificação de escolas que tenham até 150 alunos matriculados, que este acervo de classe seja disponibilizado na sala de aula. No caso de uma escola com até 150 alunos, provavelmente, pelo Censo INEP, mas que tenha apenas uma sala no espaço físico, para se construir, num curto espaço de tempo, a estrutura e a extensão do prédio desta escola é um processo demorado. No entanto, nós temos urgência em disponibilizar o acervo aos alunos e professores.

Outras categorias de bibliotecas escolares são a Sala de Leitura para algo entre 150 e 300 alunos matriculados, organizada em local agradável e de fácil acesso para os alunos. Se a escola não tiver condições de oferecer este espaço aberto todos os dias da semana, que pelo menos alterne a visitação e o funcionamento da instituição, e a



Biblioteca Escolar de Nível I, numa estratificação de 301 a 500 alunos matriculados. Esta, sim, nós queremos, sugerimos e recomendamos que funcione todos os dias. Esperamos que haja espaços disponíveis para que alunos, professores e a comunidade escolar visitem a instituição. Outra categoria de biblioteca escolar é aquela aberta diariamente, em todos os turnos de funcionamento da instituição, com mais de 500 alunos. Esta é, portanto, a primeira estratificação de categorias.

O Cristian já mencionou, mas eu trouxe algumas sugestões. Trata-se da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe aos sistemas de ensino do País:

I - Oferecer, no mínimo, um título por aluno matriculado, contemplando a diversidade — de gêneros textuais, de tipologias — e estilos literários;

II - Possibilitar a consulta local ao acervo e o empréstimo domiciliar — para a família — em horário adequado à comunidade escolar e, quando possível, às comunidades da circunvizinhança das escolas;

III - Desenvolver atividades de incentivo à leitura, de orientação à pesquisa e — o que é muito importante — de letramento digital;

IV - Disponibilizar e manter em condições adequadas computadores, acesso à Internet, bem como impressoras — para que esta seja uma biblioteca viva, um espaço de construção, de colaboração — para as atividades técnicas e de pesquisa;

V - Promover ações que garantam a preservação e a devolução do material bibliográfico, bem como a formação de leitores — a devolução do acervo a essas bibliotecas;

VI - Garantir uma estrutura física adequada para a disposição do acervo (...).

Há mais uma categorização que estamos fazendo: se o acervo é de classe, na sala de aula, que se destine um espaço reservado para a consulta; se for sala de leitura, que haja dimensões suficientes para acomodar o acervo. Se for a Biblioteca Escolar do Nível I ou do Nível II, o mínimo de espaço físico que exigimos são 50 metros quadrados, com mobiliário e equipamentos adequados para a consulta e o uso da biblioteca escolar.

Diante disso, segue o funcionamento dessas bibliotecas escolares. Se foram criadas as categorias e o grupo as discutiu, nós precisamos encontrar uma solução viável, no



curto espaço de tempo, para que seja executada e implementada a lei. Para o acervo de classe, nós sugerimos que a responsabilidade fique ao encargo do professor. No acervo de classe, pretendemos atender aproximadamente a 35 mil escolas do Brasil, escolas rurais, muitas das quais têm até 50 alunos matriculados. A sala é multisseriada, e só há um profissional de educação que vai a este espaço: o professor. Sua função é atender a esse aluno.

Se pensássemos num acervo, um número "x" de exemplares, não haveria espaço físico para acondicionar este material no acervo de classe.

Uma segunda categoria são as salas de leitura sob o encargo de um técnico em biblioteconomia, professor ou técnico administrativo. É necessário que estes profissionais que não têm formação em biblioteconomia tenham formação específica para mobilizar o acervo e as obras destinadas à sala de leitura.

Na Biblioteca Escolar de Nível I, também a encargo de um técnico em biblioteconomia, de um professor ou de um administrador, deve-se exigir formação destes dois últimos, com supervisão obrigatória de bibliotecário lotado no órgão coordenador de sistemas de biblioteca da instituição privada do Estado, do Município, ou educação afim.

Para a Biblioteca Escolar de Nível II, sob coordenação presencial de um bibliotecário, pode este supervisionar outras três bibliotecas no mesmo órgão coordenador do sistema de biblioteca, tanto de instituições privadas, como de secretarias municipais, secretarias estaduais ou afins, desde que estas três bibliotecas que ele supervisionará não ultrapassem 4 mil alunos matriculados. A partir daí, presume-se que haja a necessidade de um bibliotecário presencial para as demais categorias que não se encaixam aqui.

Entre os próximos passos do grupo de trabalho coordenado pelo FNDE, mas com a participação de todos, está a revisão da legislação, aspecto que o Cristian já mencionou. Nós temos mais de vinte requerimentos ou pedidos de esclarecimentos nesta Casa e no Senado. Nós estamos mapeando e vamos ver o que é convergente, para termos uma revisão única, rápida e urgente.

Quanto à revisão dos parâmetros para as bibliotecas escolares, temos, no FNDE, uma série de especificações físicas. A Bernadete tem o grupo de pesquisa em bibliotecas escolares. Precisamos atualizar a revisão do conceito de biblioteca escolar.



Conexão com as demais ações do MEC e do FNDE: fomentar orçamentos, recursos, estruturas, para continuarmos a aquisição e atualização desses acervos nas bibliotecas escolares.

Comunicação: é muito importante a presença do CONSED e da UNDIME junto ao FNDE, para que esta iniciativa chegue, de fato, a todos os rincões brasileiros, das maiores cidades às menores cidades e a todas as entidades, como o Conselho Federal e os Conselhos Regionais.

É importante que coloquemos o tema biblioteca escolar no centro das nossas discussões. É claro, é inegável que, quando se institui uma política pública, uma lei, não se pode deixar de avaliar os resultados e os impactos na vida e na aprendizagem dos alunos na ponta. É importante, portanto, que tenhamos indicadores de avaliação.

Aqui, temos todas as proposições em tramitação no Congresso Nacional: leis, requerimentos, indicações. Eu não vou me deter sobre eles. É um documento que fica para a consulta, bem como um resumo muito simples do que expusemos aqui.

Articulação das ações: existem algumas regulamentações a que, como grupo de trabalho, precisamos dar andamento no horizonte que vemos. É preciso classificar o livro da biblioteca escolar como bem de consumo, e não como patrimônio.

Quando fazemos visitas *in loco*, muitos diretores de escolas públicas trancam a biblioteca. Eles assim agem porque, se sumir o acervo, eles podem acabar sendo responsabilizados pelo patrimônio.

Precisamos destravar esta pauta na legislação.

Segundo ponto: precisamos desonerar a doação para as bibliotecas. Hoje nós encontramos uma dificuldade muito grande de editoras de empresas que publicam que é mais econômico financeiramente destinar o acervo para aparas do que efetivamente para a doação, porque a tributação em cima de doação é enorme.

Portanto, temos que trabalhar na perspectiva da desoneração para as bibliotecas comunitárias, para as bibliotecas públicas e — por quê não? — para as bibliotecas escolares também.

Colegas, o Prof. Raimundo vai falar sobre a formação de bibliotecários e especialização em bibliotecários, para atuar em bibliotecas escolares, o que é diferente da formação em biblioteconomia pura. Estamos lidando com estímulo à leitura, com criança,



com processos de aprendizagem. Desta forma, há uma especificidade pedagógica e metodológica, em que precisamos de especialização para lidar com estes entes.

É preciso estabelecer metas de atendimento a curto, a médio e a longo prazo, para chegarmos às 98 mil instituições de ensino deste País que não têm acervo disponível para os alunos.

Quanto à inserção de tecnologias nas bibliotecas escolares, nós já a inserimos na sugestão de resolução, mas o grupo de trabalho não se debruçou efetivamente sobre este tema. Nós temos outras iniciativas em relação ao MEC, à SEB, ao FNDE, que podem convergir. Desta forma, estas tecnologias podem estar disponíveis ao acervo, à sala de leitura ou à biblioteca.

Pensando no futuro, sabemos que todas estas ações precisam ser avaliadas. Eu faço esta ação regulamentada na lei. Qual é a correlação de fomento de pesquisas com o índice de desempenho de aprendizagem do aluno que estuda numa escola que tem biblioteca com bom acervo e de uma que não tem biblioteca? Precisamos avaliar, em termos de políticas públicas e em termos de recursos, o que temos em relação a isso.

Como eu ainda disponho de 1 minuto, vou mostrar um arquivo em PDF com as sugestões iniciais sobre as estruturas físicas que circularam no grupo GT de Biblioteca Escolares. Nós temos plantas desenhadas pelo FNDE com espaço de sala de aula.

Como política pública do Ministério da Educação e do FNDE, nós temos uma estrutura física de escola para cada segmento, com área construída, bem como as medidas.

O que podemos ver em amarelo é o espaço destinado para a biblioteca escolar. Em todas as plantas, nós temos, como política pública estabelecida, biblioteca e sala de leitura. Toda essa correlação é feita no trabalho de sugestão de resolução como projeto de lei e outras ações que temos no Ministério da Educação.

Para finalizar, parabênizo o Deputado Lobbe Neto, a quem agradeço a iniciativa. Agradeço à Câmara dos Deputados e aos bibliotecários presentes a possibilidade de estar aqui para apresentar esta visão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço ao Sr. Lauri Cericato, Coordenador-Geral dos Programas do Livro no FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.



Parabenizo-o por este trabalho, em conjunto com o grupo de trabalho, que chegará a um determinador comum. Espero que esta iniciativa seja implementada o mais rápido possível. Parabéns a todo o grupo!

Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira, representante do Conselho Nacional de Educação.

O SR. IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA - Bom dia a todos.

Queria agradecer ao Deputado Lobbe Neto o convite e o trabalho, bem como ao Lauri Cericato a continuidade do trabalho no FNDE; ao Wilson, a quem fizemos o convite inicial; à querida Marília Paiva, aqui presente, que trabalhou bastante e fez muitos esforços para que tivéssemos um projeto de trabalho a partir deste ano, como o Cristian mencionou que tivesse evidências e não apenas anseios, desejos, que se debruçasse sobre possibilidades concretas, para que tenhamos a biblioteca escolar de que o País precisa, a biblioteca escolar que o País merece, pode e deve fazer, sem muitas delongas, sem perda de mais tempo. Saúdo o Cristian, que muito colaborou e trabalhou. Ele é um militante, um importante bibliotecário, que tem obras publicadas.

Desculpe-me, não pude estar no lançamento de seu livro. Espero ter um autografado. *(Riso.)*

Saúdo a Mônica Almeida, bibliotecária do Senado Federal. Seria bom se tivéssemos em todas as cidades do País bibliotecas como a do Senado e a da Câmara, bibliotecas de qualidade. Se pelo menos uma biblioteca em cada cidade do País tivesse a qualidade que essas duas bibliotecas têm, nós teríamos uma Nação muito mais avançada, não há dúvida.

Sem delongas e lamentos, como Cristian falou, nós viemos para trazer propostas.

Antes, quero também agradecer aos funcionários e colaboradores que aqui trabalham e que possibilitam que isto aqui aconteça. Ao saudar a Ângela, saúdo todos os que aqui estão trabalhando, aqueles que estão fazendo a filmagem. Saúdo a plateia e aqueles que estão nos acompanhando pela TV ou pela Internet.

Curiosamente, estamos no Auditório Florestan Fernandes. Florestan Fernandes nasceu pobre, muito, muito pobre, e se transformou, por ter tido acesso a livros, a bibliotecas, a cultura, em alguém cuja relevância justifica que tenha seu nome em um auditório na Câmara dos Deputados.



Isso simplesmente demonstra que não estamos falando de um espaço que apenas contemple livros, que contemple profissionais. Nós estamos falando de um futuro para a Nação brasileira. É disso que estamos falando. Estamos falando de algo muito maior do que simplesmente um projeto, um croqui. Eu gostaria de destacar o que está por trás disso, as possibilidades que se anunciam a partir disso.

Vou falar um pouquinho sobre possibilidade de trabalho que a biblioteca escolar, Deputado, pode contemplar a partir de experiências que já conhecemos no Brasil e no mundo. Então, não estamos falando de algo que já não tenha evidência.

A bibliotecária Mônica Almeida falou a respeito de algumas normas internacionais da IFLA, um segmento ligado à organização de bibliotecas e conteúdos praticamente de maneira universal. Há uma série de parâmetros e sugestões que são dadas pela UNESCO, por organismos internacionais no sentido de que os países possam andar de maneira contínua e não comecem do zero, não queiram reinventar a roda a cada momento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta figura mostra um pouco das habilidades que são tidas como as habilidades do século XXI, as habilidades necessárias, as habilidades que os empregadores procuram em seus colaboradores, habilidades que são necessárias para quaisquer trabalhos e que tendem a se incrementar sobretudo do ponto de vista da informação.

A biblioteca, num país como o nosso, desigual, deveria ser um espaço de fomentação de contato e conexões entre informação, educação e conhecimento.

Este exemplo mostra aspectos, Deputado, que poderíamos colocar na lei. Primeiro, a questão do contexto, de práticas de aprendizagem. Imaginem a possibilidade de termos bibliotecas escolares em todo o País. As bibliotecas poderiam se comunicar regionalmente, tratar de problemas, resolver problemas, criar soluções, estabelecer contatos. Muitos dos problemas educacionais que temos poderiam inclusive ser discutidos pelos próprios alunos, pelos professores, por aqueles que trabalham na escola.

Aproximadamente a cada minuto, um aluno desiste do ensino médio no Brasil. Vinte e cinco por cento dos alunos que iniciam o ensino fundamental não o terminam. Isso é um desastre! Nós não podemos aceitar isso. Não podemos achar que isso é uma coisa normal. Nós estamos criando um exército de pessoas que vão fazer o quê?



Menciono agora a conexão entre família, escola e sociedade civil. Famílias não têm o que fazer. Quem é pobre, Deputado, não tem o que fazer. Mora em cidade pequena que não tem possibilidade de cultura, não tem arte, não tem cinema. Não tem, não tem, não tem, não tem, infinitamente.

A biblioteca pode ser um espaço também de cultura, pode ser um espaço de congregação, de conhecimento, de valores, de sociabilidade. O País precisa avançar no sentido do conhecimento, não no sentido da obscuridade, da obliteração dos discursos, das possibilidades, da diversidade, dos pontos de vista diferentes. As nações que crescem progredem com conhecimento, e não há conhecimento sem biblioteca, sem livro. Nós não conhecemos país que pôde construir uma nação civilizada, educada, que tenha prescindido desses artefatos, desses equipamentos, dessas instituições.

Quanto à busca de informações, não há possibilidade de exercermos quaisquer atividades relevantes sem que utilizemos a informação. O estudante, a estudante têm que aprender isso desde a educação infantil. É isso que acontece no mundo. Por ser membro do Conselho Nacional de Educação, tive a oportunidade de visitar a Finlândia, a Suécia, o Japão, a China, a Coreia, praticamente todos os países desenvolvidos da OCDE, países que têm muitos bons exemplos na área da educação e do desenvolvimento tecnológico. Todos eles têm algumas coisas em comum. Toda a etapa da educação infantil, da educação básica, que aqui chamamos de fundamental e média, toda essa etapa, ela está fortemente embasada em evidências, informações para que o aluno construa o seu próprio conhecimento, mas não a partir do vazio, do nada, a partir daquilo que se pode comprovar empiricamente. É óbvio que há outras questões, não apenas essa.

Nós aprovamos recentemente, em dezembro do ano passado, a Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e para o ensino fundamental. Essa base apresenta as dez competências gerais para toda a educação básica e também para o ensino médio. É impossível que as dez competências dessa base, que já é uma norma, em função da lei que alterou o ensino médio, enfim, alguns artigos da LDB, sejam atingidas sem que pensemos em informação, sem que pensemos em biblioteca escolar para auxiliar o alcance e a objetivação dessas competências. Sem informação, como podemos pensar em conhecimento, pensamento científico, crítico, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, autocuidado, empatia, cooperação, responsabilidade e cidadania? Como? Nenhum país



desenvolvido desconsidera isso. Todos os países que conhecemos que têm bons projetos, que têm bons cidadãos, que formam, que dão oportunidades, todos esses países oferecem a suas crianças e a seus jovens exatamente essa oportunidade.

A conexão disso com informação, com educação, com projeto de vida, com responsabilidades, com usufruto de direitos de maneira responsável, tudo isso implica o acesso à informação. Quanto ao que bebo, ao que como, para onde vou, como vou, como não vou, o que faço, o que deixo de fazer, para tudo isso tenho que utilizar a informação. Sem ela, estou no mundo da ignorância, estou no século retrasado, faço as coisas para ver o que vai acontecer. Uma pessoa fazer isso é uma coisa, uma nação toda fazer isso é uma imbecilidade.

O que estamos vendo de desenvolvimento? O que está acontecendo no mundo enquanto estamos vendo o tempo passar? As consequências cada vez mais se aproximam. Estamos vendo chegar a quarta revolução industrial, e os chineses já falam na quinta revolução industrial. Não efetivamos nem a terceira. O que vai sobrar para os países? Somos a oitava economia do mundo, por enquanto. O que vamos fazer disso? O que temos feito disso? Os trabalhadores, mesmo aqueles que fazem trabalhos ditos manuais, sem capacidade de uso, de acesso crítico da informação, não terão trabalho, não terão o que fazer.

Eu estive numa cidade do Nordeste. Na praia, um senhor que trabalhava estava correndo para lá e para cá, para lá e para cá. Brinquei com ele, eu lhe fiz esta pergunta: *"Já que o senhor corre tanto, por que não vai correr uma maratona? Com o prêmio, vai ganhar mais do que recebe como vendedor de coco?"* Ele só tinha um cardápio. Falei: *"O senhor não tem um celular, o senhor não usa o WhatsApp?"* Ele disse: *"Eu tenho, meu filho tem"*. Eu falei: *"Então, traz o WhatsApp aqui. Eu vou lhe dar uma coisa, e o senhor me dá outra. O senhor me dá essa água de coco que vou beber nas 2 horas em que vou ficar aqui, um ou dois camarõezinhos, e eu vou lhe ensinar algo. O senhor vai deixar de correr e vai ganhar mais"*. Ele disse então: *"Ah, é impossível!"* Falei: *"É possível"*. Eu disse que ele poderia fazer uma foto do cardápio, cadastrar os celulares dos clientes que estavam ali. Em vez de ficar correndo, ele mandaria a imagem, e as pessoas olhariam pelo celular o cardápio, porque todos estavam com celular na praia. Bastaria criar um código, um, dois ou três, e já saberia exatamente o que a pessoa queria. Ele poderia dizer o preço, para não ter que ficar dizendo isso a toda hora, e no final do dia ele já saberia



tudo o que vendeu. E mais, poderia mandar mensagens para que as pessoas, quando forem novamente a Maceió, visitem a barraca, tenham acesso a água de coco à vontade, etc. Ninguém ensinou isso a esse senhor, nem o filho dele que estava na escola. Ninguém lhe disse que ele podia fazer isso. Por quê? Porque não sabem, não têm acesso a informação.

Esta é uma questão muito séria: iniciar, como as nações desenvolvidas fazem, pelo começo, resolver problemas, trabalhar de maneira colaborativa, ser criativo e ser inovador. Nós somos criativos por natureza, pela confluência cultural, pela maneira como nosso País foi criado, com negros, indígenas, europeus. Nós somos criativos, mas desperdiçamos nossa criatividade. Desperdiçamos o que nós temos, talvez, de singularidade, a mais essencial do povo brasileiro, a criatividade.

Quem vai à academia fazer ginástica não ouve músicas brasileiras. Eu desafio qualquer um a fazer uma aula de ginástica com frevo. Quero ver se não sai até com o cérebro *diet*. Até o cérebro vai ficar *diet*. Quero ver alguém fazer 1 hora de frevo, por exemplo. Mas isso precisa ser formatado, precisa ser pensado, precisa ser criado de maneira que as pessoas não dancem frevo, mas sim o utilizem com o objetivo de fazer exercícios. Isso vale para todos os ritmos que temos. Nas academias, onde estão nossos ritmos, aonde as pessoas vão para perder o peso resultante do excesso de comida e bebida? Eles não estão nas academias.

Observamos as criações. O que é o Uber? O Uber não criou nada, só juntou coisas. Onde está a maior frota de veículos na América Latina? Em São Paulo. Bastou o Uber criar o aplicativo, e todos os outros foram criados lá. Por que não os criamos antes? Por que os não criamos? Porque não estamos incentivando os nossos jovens a utilizar a criatividade que nós temos.

Este é um problema muito sério: no que diz respeito à qualidade, ocorre no momento uma completa tragédia na educação brasileira. E há, como eu disse, a questão do abandono: 25% não terminam o ensino fundamental. Os que conseguem terminar o ensino médio aprendem muito pouco. De Matemática aprendem quase nada; de Língua Portuguesa, quase nada. Quando começarem a fazer a prova de Ciências, vai haver um lamento. Há que se lamentar mesmo, mas há que se fazer alguma coisa. Nós não estamos bem. Como o país que é responsável pela oitava economia do planeta não está, por exemplo, no 11º, no 12º lugar em termos de educação? Está em 61º, em 62º lugar, e



isso porque a fila tem fim, senão desceríamos mais. Precisamos ter uma atitude em relação ao projeto do País que nós queremos ser.

Aqui está um exemplo que os nossos alunos infelizmente não sabem. Esta é a imagem do Osso de Lebombo. Trinta e cinco mil anos antes de Cristo, na África, já se sabiam os números primos, que usamos para fazer toda a parte da computação, sobretudo no que se refere a senha, algoritmos, etc. Nossos alunos não sabem disso. Trinta e cinco mil anos antes de Cristo, já se sabia disso e se utilizava isso, entre outras coisas para controle do calendário lunar.

A questão é esta: por que precisamos de bibliotecas escolares? Nós precisamos de bibliotecas escolares porque precisamos criar um sentido para a educação do País. Eu sou professor. Fui professor na educação básica durante muitos anos. Agora sou professor na Universidade de São Paulo. O que eu vi na maior parte da minha experiência como professor da educação básica foi que há uma pobreza cultural no nosso País, do ponto de vista da oportunidade.

Nós estamos aqui no Auditório Florestan Fernandes. Florestan Fernandes nasceu na miséria. Ele era, como ele próprio disse, do lumpemproletariado. Se não houvesse essas instituições, essa oportunidade, dificilmente ele teria vencido a miséria e a ignorância. Ele era filho de mãe que lavava roupa. Viviam sob condições que ainda existem muito em nosso País. Como podemos permitir isto que observamos? Vinte e cinco por cento dos jovens abandonam a escola porque não veem sentido nela, porque não aprendem nada e acham que têm mais o que fazer?

Como professor em escola pública, eu sempre perguntava aos alunos "*Quantas vezes vocês frequentam biblioteca?*" E ouvia dos alunos o que Lauri disse aqui: "*A biblioteca está fechada*". Nós precisamos ter bibliotecas efetivamente, precisamos cobrar isso, como foi dito. Não podemos perder recursos, não podemos perder mais gerações. Países têm avançado em relação a isso. Há congressos internacionais em que se mostra tudo o que poderíamos fazer, e nós não fazemos. Estamos em 2018 conversando ainda sobre uma lei que começou a vigorar em 2010. O que é isso?

Quantas mil pessoas deixaram de ter oportunidade, de ter acesso ao conhecimento, de ter acesso à reflexão, de ampliar as possibilidades, de serem cidadãos produtivos? Onde estiverem podem questionar: "*Por que fazemos assim? Vamos fazer diferente*".



Quem age assim pensa, raciocina, sabe utilizar os instrumentos que estão hoje à disposição, que são sobretudo tecnológicos.

Não precisamos saber apenas utilizar os recursos que outros inventam. Nós temos que criar os recursos. Nós temos que incentivar os nossos jovens a utilizarem a criatividade e a curiosidade que eles já têm. Criança é curiosa por natureza. Como não usamos essa criatividade, esse interesse da criança em aprender coisas, para criar outras coisas? Como aceitamos que o país que tem a oitava maior economia do mundo não tenha biblioteca nas escolas? As crianças vão aprender a ler onde? Serão o quê? Imbecis? Como serão cidadãos de bem se não têm cultura, não sabem apreciar uma boa literatura, não conhecem a música do seu país? Como? Não sabem ler um rótulo, não sabem o que estão comendo, não sabem o que estão bebendo. Como vão estabelecer relacionamentos com as pessoas? Como vão respeitar as leis se não dispõem deste elemento básico, a criticidade?

Não podemos mais aceitar isso. Essa não pode ser uma questão corporativa, de interesse do bibliotecário. Isso tem que ser de interesse do País, de interesse dos cidadãos e das autoridades.

Cristian mencionou a questão da produtividade nas universidades. Falamos aqui da participação da UFMG, da Profa. Bernadete Campello, que é uma papisa nossa na área de instituição de biblioteca escolar. Ela falou da Universidade Estadual Paulista — UNESP em Marília, no noroeste do Estado.

Eu sou de Marília. Então, em homenagem ao pessoal de Marília e a todos os meus conterrâneos, quero terminar de uma maneira esperançosa, mas bastante profícua, lembrando um trechinho de poema de Tomás Antônio Gonzaga, em que ele fala da Marília. Acho que pode ser inspirador, já que estamos falando de cultura. Biblioteca escolar é isso, é cultura, é informação, mas é sobretudo esperança de fazer aquilo que não foi feito.

Srs. Deputados, representantes do povo, Parlamentares, que têm o compromisso de ajudar o povo a avançar, não podemos retroceder. Eu queria então lembrar o seguinte:

*Porém se os justos céus, por fins ocultos,
em tão tirano mal me não socorrem,
verás então que os sábios,
bem como vivem, morrem.*



*Eu tenho um coração maior que o mundo,
tu, formosa Marília, bem o sabes:
um coração, e basta,
onde tu mesma cabes.*

Oxalá se desentranhe esse negócio que aí está desde 2010 e tenhamos uma biblioteca escolar que o Brasil pode e deve ter!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço a fala do Sr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira e o parabenizo.

Passo a palavra ao nosso último representante da Mesa a se manifestar, o Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Raimundo Martins.

O SR. RAIMUNDO MARTINS - Bom dia a todas e a todos.

Inicialmente quero saudar o Deputado Lobbe Neto e parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento e por outras ações na área de bibliotecas, como é o caso do próprio projeto de lei.

Eu me congratulo também com meu colega bibliotecário Cristian, que participou conosco do nosso GT; com Lauri, agora representante do FNDE, em substituição ao Wilson, que está aqui conosco também; com Zoara; com Ivan Siqueira, do Conselho Nacional de Educação; e com Mônica Almeida, da nossa Biblioteca do Senado Federal.

Quero também render as minhas homenagens aos colegas bibliotecários presentes, especialmente aqueles que conosco trabalham no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais, estão conosco no Sistema CFB/CRB.

Registro a presença, nesta audiência, da nossa Vice-Presidente do Conselho Federal, a bibliotecária Lucimar Oliveira.

Após as primeiras exposições, eu quero falar um pouco sobre o papel do Conselho Federal.

Nós do Conselho Federal temos a felicidade de participar desta discussão acerca da biblioteca escolar desde o processo em que se deu a primeira iniciativa que resultou na aprovação da Lei nº 12.244, em 2010. Eu tive a felicidade de participar do processo inicial de sua criação, ainda em 2001, 2002, quando iniciamos conversa com a então Deputada



Esther Grossi, do Rio Grande do Sul. O Conselho Federal esteve com ela, na tentativa de avaliar um pré-projeto e de construir um projeto que pudesse seguir adiante.

O Conselho Federal, em 2008, inicia o processo de elaboração do Projeto Mobilizador, com o intuito de fazer com que o Brasil tomasse conhecimento da necessidade das bibliotecas escolares. O Conselho Federal rodou o Brasil todo, manteve contato com as Assembleias, com autoridades regionais, no sentido de fazer com que a biblioteca escolar pudesse ter um espaço adequado no ambiente escolar e pudesse cumprir suas finalidades.

Neste momento, o Conselho Federal está novamente empenhado em contribuir com esse processo de implantação mesmo da nossa Lei nº 12.244, por entender a importância da biblioteca escolar, pelo papel que exerce, pela expectativa que sugere à população educativa e, sobretudo, porque nós do Sistema CFB/CRB temos uma situação muito particular em relação ao nosso trabalho. A nossa perspectiva de ação é no sentido de contribuir para o desenvolvimento da biblioteconomia, contribuir para as práticas biblioteconômicas dentro do País, dentro de todas as suas tipologias de bibliotecas e fora delas, e, especialmente nesse campo específico das bibliotecas, defender os interesses da sociedade em relação aos serviços que essas bibliotecas precisam prestar. Espera-se muito que elas efetivamente o façam.

Eu acho importante dizer aqui que a perspectiva da nossa entidade é trabalhar em favor da sociedade, a partir, por óbvio, da ação que os bibliotecários possam desenvolver nos vários ambientes onde eles vão finalmente atuar.

Dentro desse papel de defesa, nós temos, no Congresso Nacional, trabalhado muito duramente no sentido do enfrentamento de determinados projetos de lei que, de certa maneira, contrariam os interesses da categoria profissional e da sociedade, por extensão.

Há um projeto do Deputado Sandes Júnior que já tramita no Congresso desde 2012 e que recentemente foi aprovado com a intenção de desobrigar as instituições de terem bibliotecários em suas bibliotecas. Então, percebiam que a nossa lógica de atuação é a prática do dia a dia da biblioteca, mas é também a proteção contra ações que eventualmente possam vir a prejudicar o trabalho da biblioteca e do bibliotecário, em prejuízo da sociedade como um todo.

Quando fomos convidados para compor o GT que ia discutir as bibliotecas escolares, tentar encontrar alternativas para que essa implantação se desse de uma



forma mais adequada, foi com esse sentimento que nós chegamos, olhando para a sociedade, olhando para a nossa realidade profissional. E uma situação logo de pronto se manifestou para nós como uma dificuldade que nós enfrentaríamos. Nós tínhamos, como foi demonstrado ainda há pouco na fala do Lauri, um número imenso, um contingente grande de escolas no País — 180.142, para ser mais exato —, sendo que, desse total, nós tínhamos 98.863 escolas sem a presença da biblioteca. Por outro lado, no contexto da realidade da nossa prática profissional, nós tínhamos uma perspectiva de atendimento a essa realidade muito pequena, pelo número de bibliotecários que nós temos no Brasil hoje ativos. Há uma diferença abissal nessa situação se considerarmos o número de escolas sem bibliotecas e o número de bibliotecários que nós temos para dar vazão, para atender a essa necessidade.

Essa realidade nos impactou bastante e nos fez trabalhar junto com o grupo no sentido de fazer com que ela fosse alterada. Se nós formos pensar apenas nas duas categorias, Biblioteca Escolar Nível I, existentes em escolas que têm entre 301 e 500 alunos matriculados, e Biblioteca Escolar Nível II, existentes em escolas que têm mais de 500 alunos matriculados, nós vamos ter um total de 19.760 escolas ainda sem biblioteca.

Então, a nossa perspectiva de atendimento a essa realidade impõe a nós do Sistema CFB/CRB uma situação bastante complicada. Como nós vamos trabalhar essa situação daqui para frente? Do ponto de vista nosso e dos colegas dos Conselhos Regionais, o ideal é o que diz a lei, é aquilo que a lei estabelece: a proporção de um bibliotecário para cada biblioteca no País, o que não se restringe necessariamente apenas à biblioteca escolar. A defasagem da qual estamos falando aqui é sobre uma tipologia de biblioteca apenas, que é a biblioteca escolar. Então, o nosso desafio é grande em relação a isso.

Chegamos ao entendimento de que nós, por óbvio, não teríamos condições de, até 2020, dar solução a esse problema. A alternativa que o GT encontrou foi construir as categorias que aqui foram apresentadas pelo Cristian e pelo Lauri, para que nós pudéssemos, em um primeiro momento, pelo menos reduzir um pouco essa necessidade de biblioteca e de bibliotecário e, em um momento posterior, com as iniciativas que irão ocorrer ou que já estão ocorrendo, oferecer cursos a distância. Recentemente, tivemos no edital da CAPES a aprovação do oferecimento de cursos a distância por 14 instituições federais, provavelmente a partir do segundo semestre de 2019. Como dentro da proposta



nós também temos a perspectiva de atuação do técnico em biblioteconomia, cujo exercício da profissão recentemente foi regulamentado pela Lei nº 13.601, de 9 de janeiro de 2018, teremos melhores condições de atender a essa necessidade, que, para nós, representa um desafio muito grande.

Também precisamos trazer para este debate que hoje se inicia algumas questões relacionadas a práticas que já ocorriam nos nossos Conselhos Regionais, a acordos firmados com setores legislativos para dar solução a problemas de jurisdição local e regional. Trata-se da questão da contratação de bibliotecários para serem alocados às bibliotecas de determinadas regiões. No caso de Minas Gerais, especificamente Belo Horizonte, nos foi trazida há algum tempo pelo CRB-6 a informação de que já há um acordo para abrir vagas para bibliotecário, sendo preciso que ponderemos sobre como trabalharíamos aqui essa situação. Digamos que a nossa portaria seja assinada, entre em vigor, que é a expectativa; será que a perspectiva de criação dessas vagas continuará a existir? Será possível dar sequência a esse trabalho? Se não o for, Minas Gerais, especialmente Belo Horizonte, terá um prejuízo considerável. Então, essa é uma situação para a qual nós precisamos encontrar alternativas, Lauri, no sentido de que esse documento assegure que os acordos já firmados sejam cumpridos e que não haja nenhuma solução de continuidade.

A outra questão diz respeito à nossa expectativa de que as instituições de ensino tenham condições de oferecer tudo aquilo que nós estamos solicitando para que possam prestar um bom serviço. No que se refere a espaço físico, acervo e pessoal, existem condições objetivas para que as escolas possam criar suas bibliotecas e se responsabilizar pela manutenção desse serviço, que é importante. Caso contrário, vamos ter uma situação complicada.

Há um autor da área de geografia, o Edward Soja, que trabalha com dois conceitos interessantes: espaço e espacialidade. Se nós não conseguirmos construir as espacialidades dessas bibliotecas, elas vão continuar sendo apenas um espaço ou fechado, ou sem profissional, ou sem serviço, sem cumprimento da função social e política que se espera delas. Então, há a necessidade da criação do espaço — segundo a proposta, de no mínimo 50 metros quadrados — e há a necessidade maior ainda de que possa ser dado a esse espaço a espacialidade que ele precisa para funcionar.



Outra questão que eu havia anotado aqui para dividir com vocês é uma preocupação com relação à questão da temporalidade, da validade dessa portaria. O Cristian, no início da sua fala, já explicou que a validade inicial dessa portaria se encerrará em 2020, com o fim do prazo para a implantação das bibliotecas. Daí, imagino eu, as instituições envolvidas verão a melhor alternativa para fazer com que a implantação da biblioteca escolar aconteça.

De nossa parte, como Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, aqui na presença de todos vocês, sobretudo dos nossos colegas de Conselhos Regionais, afirmo o entendimento de que precisamos avaliar essa proposta de uma forma, digamos, livre de qualquer amarra, para que possamos compreender adequadamente o momento que estamos vivendo.

Ainda há pouco eu estava conversando — vocês devem ter percebido — amiúde com o Deputado Lobbe Neto justamente sobre essa questão da disparidade entre o número de escolas que precisamos atender e a realidade numérica do número de bibliotecários ativos que há no País. Esperamos que, daqui a 5 anos ou 6 anos, possamos ter condições muito melhores e consigamos dar conta pelo menos dessas 19.760 vagas, para então pensarmos como faremos dali para frente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Sr. Raimundo Martins, a sua contribuição.

Há aqui a inscrição da Dra. Marília Paiva, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região. Vou abrir uma exceção; geralmente são os Parlamentares que falam, mas quinta-feira é um dia complicado para essa parte parlamentar.

Passo a palavra, então, à Dra. Marília, por 10 minutos, para que faça uma explanação bem rápida, a fim de que possamos concluir nossos trabalhos.

A SRA. MARÍLIA PAIVA - Agradeço a concessão, nobre Deputado.

Cumprimento a Sra. Mônica Almeida e os demais componentes da Mesa — a apresentação de vocês foi muito importante —, assim como toda a sociedade civil representada aqui, inclusive meus colegas Presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, que se encontram aqui em peso. Ao cumprimentá-los, venho alertá-los sobre algumas questões que já apresentei previamente.



Infelizmente não participei desse GT, apesar de ter muito interesse no assunto: além de ser Presidenta do Conselho Regional de Biblioteconomia de Minas Gerais e Espírito Santo, sou professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG, sou membro pesquisadora do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, sou pesquisadora especificamente de políticas públicas para bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, sou professora na graduação da disciplina Biblioteca Escolar e da disciplina Competência Informacional e tenho um projeto de extensão em biblioteca escolar. Então, todas as minhas atividades profissionais são relacionadas à biblioteca escolar diretamente.

Vou fazer algumas pontuações — serei bem rápida, podem ter certeza.

Em relação à categorização dos equipamentos segundo o número de alunos, na verdade isso já existe: grande parte das escolas tem certo acervo que lhes foi enviado para ficar em sala de aula; grande parte das escolas que, como pesquisadora, eu estudei também tem sala de leitura ou algo com nome similar; e ainda há escolas que utilizam o nome "biblioteca escolar" para se referir a uma sala com uma professora dentro e um monte de livros, o que realmente não atinge nem os requisitos necessários para ser uma biblioteca escolar.

Levando-se em conta todas as questões de tempo e de investimento que precisam ser consideradas, acredito que essa categorização deva ser provisória, para atingir-se o mais rapidamente possível a universalização de fato da biblioteca escolar. Daqui a pouco e vou colocar alguns pontos e darei a conclusão a respeito disso. Eu apresentei ao Presidente do Conselho Federal uma recategorização um pouco mais apertada sobre isso — eu gostaria que o senhor a encaminhasse, se ainda houver tempo hábil —, para que haja bibliotecas de verdade para muito mais alunos.

Quanto à estruturação das bibliotecas, que apareceu no documento também, parece-me um pouco estranho descrever atividades e serviços — jamais vi isto em outras portarias — relacionando o nível de atividade de determinado profissional. Nunca vi uma portaria daqui da Câmara descrever a atividade de um médico, de um advogado ou de um fisioterapeuta tão especificamente. Trata-se de coisas naturais, se é que podemos chamar alguma coisa de natural na cultura, do fazer de um bibliotecário. Então, eu achei isso estranho.



Quanto ao número de itens, como o Cristian já avisou, ele corresponde ao que está escrito na lei, mas, de fato, para haver diversidade de títulos e gêneros, por exemplo, na proporção de um livro por aluno, o número não é suficiente.

Em relação à gestão, eu tenho uma proposta, que já enviei e espero que seja repassada, sobre a modificação dessas categorias.

Quanto à inexistência de bibliotecários, eu devo lembrá-los de que, quando a LDB previu que centenas de milhares de professores em todo o Brasil deveriam ter curso superior sendo que a maioria tinha apenas o ensino médio, o mercado de educação deu conta disso. Houve cursos a distância, as universidades fizeram cursos especiais, e a verdade é que hoje praticamente 100% dos professores têm curso superior. Então, eu não vejo desculpas aceitáveis para que o próprio mercado educacional não dê conta disso, porque ele já mostrou que dá. Também foi assim em relação aos assistentes sociais: apesar de ser uma profissão com baixa visibilidade no Brasil, com a criação da política dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, qualquer Município, independentemente do tamanho, passou a ter um profissional de serviço social, que o mercado educacional deu conta de formar. Essa é a verdade.

No Estado de Minas Gerais, nos últimos 3 anos, já foram autorizados pelo MEC três cursos de EAD em Biblioteconomia de iniciativa particular. E teremos, no ano que vem, se Deus quiser, um na universidade federal. Já estamos, inclusive, formando a primeira turma, e alguns formandos já estão sendo aprovados em concurso público — eu sei disso porque a assinatura da carteirinha de bibliotecário passa pelas minhas mãos. Então, é possível que o mercado dê conta disso.

Outra coisa: quero alertá-los de que o Tribunal de Contas da União, no início deste século, fez uma avaliação sobre aquelas políticas que existem desde a década de 90 para envio de acervos às escolas. Desde o Fernando Henrique Cardoso há essa política, e ela tem sido quase contínua até agora. Nesse documento, o TCU alertava sobre a perda de patrimônio público relativo a livros e periódicos que foram enviados sem que tenha havido uma melhora correspondente nos níveis de letramento. Para mim — o TCU não chegou a esta conclusão, ele só verificou —, isso se deve justamente à falta de bibliotecas. Esse acervo se perdeu. Perdeu-se patrimônio, perdeu-se bens públicos, porque crianças e jovens deixaram ter acesso a esses milhares de livros, custeados pelos milhões de reais que foram investidos nessa política, pelo fato de não haver bibliotecas com profissional



que dê conta de todas essas tarefas. Então, esse documento do TCU demonstra que enviar mais livros sem que haja bibliotecas não dá resultado.

Vou pular o próximo aspecto, porque não está bem tratado aqui, e vou partir para a minha conclusão, lembrando Florestan Fernandes, lembrando também o primeiro cosmonauta russo, que nasceu numa cidade em que não havia energia elétrica. Como essa pessoa que nasceu num lugar em que não havia energia elétrica chegou a ser o primeiro cosmonauta, o primeiro homem a sair da Terra? Ele teve acesso a políticas públicas de educação de qualidade. Isso não se deu em função da realidade dele. Então, preocupa-me muito que nós estejamos oferecendo pobreza a quem já é pobre e riqueza a quem já é rico. Essas categorias reproduzem isso.

Todas as crianças e jovens merecem ter mais livros, mais estrutura, sim. E eu proponho aqui uma categorização — já falei dela — um pouco mais apertada e, mesmo assim, provisória, porque precisamos chegar à universalização. Não podemos deixar ninguém, nenhuma criança, nenhum jovem, sem acesso aos conhecimentos sobre cultura, ciência e arte que a humanidade acumulou, e a biblioteca ainda é o lugar onde se reúne e se organiza conhecimentos para que sejam acessados de maneira tanto física quanto digital.

Um tema que me toca muito é a ideia de escola como lugar de tempo livre, que oferece ao aluno o que o capital cultural original dele não tem. Então, voltando a essa confirmação, nós precisamos apresentar a crianças e jovens o que eles não têm. Precisamos de escolas e bibliotecas que sejam melhores que a realidade deles, porque, se lhes oferecermos o que eles já têm, eles não sairão dela.

Os livros e as salas de leitura já existem, como eu disse. O livro, patrimoniado ou não, já está se perdendo. Quando há bibliotecário, há controle, há regras, há como administrativamente fazer descarte e desbaste administrativo, correto e legal desse acervo. Isso não seria uma preocupação.

Quanto à especialização em biblioteca escolar para a capacitação de profissionais, eu não vejo isso como possível. Acho temerário que comecemos a formar, por exemplo, médicos especializados em postos de saúde nas periferias. Não acho que se possa propor uma coisa dessas. Precisamos de bibliotecários, sim, assim como precisamos de professores com nível superior quando a LDB exigiu, e hoje há professores com nível superior em número suficiente.



Existe também um segundo documento, com os parâmetros do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar — GEBE, que fala sobre a estrutura física. Ele tem até um desenho: se há 30 metros quadrados, dá para fazer desta forma; se há 50 metros quadrados, dá para fazer daquela forma. Isso já foi publicado e é acessível.

Quanto às competências informacionais que o Sr. Ivan apresentou, elas são, por origem até da pesquisa de competência informacional, uma ação da biblioteconomia e dos bibliotecários — inclusive, eu ministro uma disciplina nessa área.

Vou concluir minha fala com um poema, como o Sr. Ivan fez — o dele tinha até o meu nome, "Marília". Eu vou ler Mário Quintana, porque estamos nesta luta há muito tempo, e eu queria destacar as categorias que a Diretora Mônica Rizzo apresentou, tão importantes para que a política chegue ao final. Nós estamos sempre sendo chamados a nos desanimar em relação a tudo, mas é preciso lutar como se acreditássemos que é possível.

Vou ler seis versos de Mário Quintana:

*Nada jamais continua,
Tudo vai recomeçar!
E sem nenhuma lembrança
Das outras vezes perdidas
Atiro a rosa do sonho
Nas tuas mãos distraídas.*

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço à Sra. Marília Paiva a contribuição.

Alguém da Mesa deseja fazer alguma colocação? (*Pausa.*)

Então, vamos passar às considerações finais.

Antes, porém, temos aqui a pergunta de um internauta, o João Rafael da Fontoura, a qual eu peço ao Lauri que responda. A pergunta é a seguinte: "*Gostaria de saber como ficará a questão de expansão dos acervos dessas bibliotecas. Uma pluralidade de livros, com a conseqüente pluralidade de questões, é essencial.*"

O SR. LAURI CERICATO - João, eu responderei à sua pergunta de maneira bem breve.



Eu acho que este é o primeiro programa de universalização de literatura que fizemos no âmbito de MEC e FNDE. No Brasil, aproximadamente mil editoras publicam livros, os mais variados possíveis. Mais de 700 títulos foram aprovados. Nós tivemos a inscrição de 435 editoras. Nós aprovamos livros de 274 editoras pelo País, editoras de grandes conglomerados financeiros e editoras que têm no seu acervo um ou dois títulos literários para fomentar essa produção. Neste ano, nós estamos fazendo a distribuição de livros em creches, em pré-escolas e nas escolas de ensino fundamental, para os alunos dos anos iniciais e do ensino médio.

Eu concordo com as ponderações da professora. Até então, no Programa Nacional Biblioteca da Escola, havia um acervo pré-definido que era enviado para cada escola. Este foi o primeiro programa em que o professor, na sua região, com os demais colegas, coordenadores e diretores, pôde escolher os livros e títulos a serem entregues para seus alunos dos anos iniciais e do ensino médio. Daqui para frente, nós teremos: com o PNLD 2020, aquisição de livros didáticos e aquisição de livros literários; com o PNLD 2021, aquisição de livros didáticos e aquisição de livros literários. Foram excelentes suas colocações, lembretes e sugestões, professora.

E eu considero — vou aproveitar a resposta — que este é o ponto de partida. Quando falamos de biblioteca escolar e do trabalho que o GT fez, queremos dizer que este é o ponto de partida, não o ponto de chegada. Ficamos aproximadamente 7 anos e andamos pouco nessa direção, então é bom que se implemente essa política e se tenha em mente que todos precisam ceder um pouquinho daqui e um pouquinho dali, para que seja o ponto de partida, e não o ponto de chegada.

Essas são minhas considerações, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Vamos às considerações finais. Agradeço a todos.

Antes, contudo, quero manifestar nossa satisfação, ao cumprimentar a Deputada Pollyana Gama, do PPS de São Paulo, e o Deputado Rafael Motta, pela audiência realizada no dia 24 de outubro, a partir do Requerimento nº 299, de 2017, e do Requerimento nº 324, de 2017. Esta primeira audiência pública a respeito da universalização das bibliotecas foi constituída com o trabalho da Deputada Pollyana Gama e dos outros que a S.Exa. se somaram. Foram várias mãos, e isso é importante para que o trabalho tenha continuidade. Eu mesmo não estarei aqui no próximo ano.



Teremos mais 2 anos para a implementação da resolução. Espero que outros Parlamentares possam dar sequência a este trabalho no Congresso Nacional.

Peço uma salva de palmas à Deputada Pollyana Gama e ao Deputado Rafael Motta pelo trabalho, assim como peço uma salva de palmas ao grupo de trabalho. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Sr. Lauri Cericato, para suas considerações finais.

O SR. LAURI CERICATO - É importante ressaltar que esse trabalho foi coordenado pelo FNDE, mas houve contribuição das muitas pessoas que dele participaram, com tempo dedicado à pesquisa, à sistematização, a conversas, a sugestões. Por isso, eu faço um agradecimento muito especial ao grupo de trabalho, que foi conduzido em grande parte pelo Wilson. Eu chego à fase final, substituindo-o e coordenando esse GT.

Obrigado, Deputado, pela coragem e pela ousadia.

Em nome do grupo, eu agradeço aos demais participantes da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Obrigado, Sr. Lauri.

Concedo a palavra à Sra. Mônica Almeida Rizzo Soares.

A SRA. MÔNICA ALMEIDA RIZZO SOARES - Eu também gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate, tão importante para a construção de um País melhor para todos nós. Sabemos que o Brasil ainda é uma nação jovem, que precisa se capacitar e se adequar, para que haja um futuro melhor para todos nós.

É importante dizer que essas categorias que apresentei, que não foram elaboradas por mim, mas por outra pesquisadora, chamada Lilian Viana, possam ser consideradas nesse trabalho que está sendo feito. E eu gostaria de destacar duas categorias, a vontade política e a participação comunitária. Sem essas duas categorias, nenhuma das outras pode seguir adiante. Sem a vontade política — que não é a vontade só dos políticos, porque todos nós somos seres políticos — e sem a participação da comunidade, seja a de professores, bibliotecários, cidadãos comuns, seja a dos próprios alunos, não conseguiremos alcançar nossa meta, que é ter uma biblioteca em cada escola, uma biblioteca em cada Município. Estas são ações que ainda perseguimos e que vão permitir melhor acesso à informação e ao conhecimento, e ajudarão na preservação da memória local e nacional e na difusão da cultura brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Eu agradeço a presença de V.Sa. A Comissão de Educação agradece a sua presença.



Com a palavra o Sr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira, representante do Conselho Nacional de Educação.

O SR. IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA - Quero agradecer o convite e dizer da importância de discutirmos esta questão, ainda que, a meu ver, já devêssemos tê-la resolvido. Antes tarde do que nunca!

É importante que olhemos para tudo que está acontecendo em nosso País em relação às alterações que estão sendo feitas, sobretudo em relação à composição dos modelos de educação, como ocorreu agora com a Base Nacional. Enfim, nós estamos fazendo um esforço nacional para dar algum tipo de resposta à calamidade pública que é a educação que temos no Brasil. A educação básica é muito ruim, não atende aos interesses dos estudantes nem aos interesses do País, obviamente, do ponto de vista da produtividade.

Acho que temos que pensar de maneira sistêmica. Comentamos brevemente a respeito de evidências de que a biblioteca escolar, como qualquer outra instituição, pudesse oferecer conexão entre a sua existência e a melhoria de qualidade na educação. Nós sabemos que nossos alunos, depois de passarem por toda a pré-escola e chegarem até o terceiro ano do ensino fundamental, não conseguem escrever o nome de um animal que tenha três ou quatro letras. Portanto, são quase 5 anos sem alfabetização. Isso é um desastre que não poderíamos jamais aceitar, mas aceitamos. O fato é que precisamos pensar de maneira sistêmica.

Aqui foi falado sobre curso superior a distância. A biblioteca escolar, como organismo, como instituição que deve estar a serviço da escola e das necessidades do País, tem que estar congregada e articulada com outros aspectos, com livros, com materiais digitais, com uma série de questões. Então, não podemos pensar de maneira desconectada.

Como disse a Profa. Marília, também não podemos pensar de maneira miserável. Temos que pensar com a grandeza do País, que é a oitava maior economia do mundo e que não pode dizer que não há recurso para o mínimo, que é a formação dos futuros cidadãos, aqueles que vão produzir, gerar riqueza, manter a esperança e a configuração do País. Então, não podemos aceitar o argumento de que não há recurso.



O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço ao Sr. Ivan Cláudio. Espero que ele possa ser nosso embaixador no Conselho Nacional em relação a esta questão. Às vezes, não faltam recursos, mas vontade política.

Como a Professora também mencionou, não é possível fazer uma legislação que obrigue o Município a contratar por concurso público e realizar tudo sem que se considere a questão orçamentária e sua folha de pagamento. Há vários fatores envolvidos quando se trata da Federação, de Municípios, Estados e União. Um ordenamento que se dá ao Município pode ser inconstitucional. Por isso, temos que respeitar os gestores municipais e estaduais, dentro de suas possibilidades.

Todos percebemos a demora que há para se produzir a legislação. Se fosse uma ação rápida, nós não teríamos ainda 15 anos para começar a implementar em algumas escolas. São Estados, são Municípios, são Prefeitos, são Secretários de Educação de Municípios e Secretários de Educação estaduais. É preciso ter vontade, é preciso ter vontade política. Às vezes, não é nem tanto questão de custo, mas há essa questão.

Na questão relativa a pessoal, até comentávamos aqui com o Presidente, hoje não há tantos formados e formandos. É preciso que haja uma ação também nessa questão. Agora, se nós ficarmos na expectativa de termos todo o ideal para a implementação, nós não a teremos nem daqui a 15 anos. Já se passaram praticamente 7 anos para que eu conseguisse aprovar o projeto. Agora, no oitavo ano, buscamos a implementação da lei, e até agora não conseguimos. Portanto, nós temos de fazer dentro da realidade brasileira e da realidade dos vários Municípios que temos em nosso País.

Passo a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Dr. Raimundo Martins.

O SR. RAIMUNDO MARTINS - Nós também queremos agradecer a oportunidade de ter participado desta Mesa e de ter composto o grupo que chegou às proposições que foram aqui apresentadas.

Eu queria apenas fazer um destaque em relação ao olhar que, repito, deve ser dado a essa estruturação. Tenho participado de alguns eventos em alguns locais e vejo que há uma lógica, que acho aceitável, de se enxergarem realidades muito particulares como sendo aquelas que você toma como referência para propor determinadas situações. Acontece que o nosso Brasil é grande, o Brasil é grande demais. As realidades que o País encerra do ponto de vista social, político e econômico são díspares em todos os



sentidos. É preciso considerar a realidade para se ver onde determinadas situações podem acontecer e onde não vão acontecer mesmo, por conta de uma situação que é muito complicada.

Toda vez que ouço algo nessa direção, fico pensando que eu moro na Amazônia, moro em Manaus. A colega do Pará que está presente sabe das dificuldades da geografia e do espaço físico amazônico, para que se cumpram determinadas situações. Para que se resolvam certas coisas no Nordeste ou em outras regiões, basta que se tome um carro, e em 20 minutos a coisa se resolve. Na Amazônia, esqueça, você não consegue fazer isso, porque ou você vai de barco, ou você vai de barco. Há situações que você não consegue resolver. Essa condição tão díspar e tão diferenciada da realidade do Brasil sugere que determinadas circunstâncias precisam ser pensadas, sim, para que as coisas aconteçam, mesmo que gradualmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço ao nosso Presidente.

Faço uma homenagem a todos os bibliotecários presentes e aos que nos acompanharam pela Internet, concedendo a palavra ao Sr. Cristian Brayner, Bibliotecário da Câmara dos Deputados, que será o último a falar.

O SR. CRISTIAN BRAYNER - Os pensadores franceses do século XIX, muito resistentes à perspectiva comteana de se estabelecer tudo como normativa ou lei, diziam que o hábito é maior que a lei. Eu acho que todo o trabalho que foi desenvolvido pelo grupo de trabalho, toda a abordagem, todo o esquadramento que nós fizemos, tudo foi feito dentro dessa tensão entre o que diz a lei e o que de fato se dá no Brasil. A lei, por si só, tem uma eficácia e uma vivacidade, mas sempre está atrás. Não é por acaso que nós estamos falando de uma proposição ou um projeto de lei que tramitou durante 10 anos, desde a época de Esther Grossi. E nós estamos há 8 anos tentando normalizá-lo.

Com isso, eu quero dizer que talvez o maior fruto do grupo de trabalho tenha sido a capacidade de ouvir o outro. Mesmo dentro do estabelecimento de parâmetros, por exemplo, o que é um processo extremamente complicado — e é evidente que, por se tratar de minuta, nós estamos abertos a sugestões e a possibilidades —, é fundamental fazer este exercício de empatia, porque senão se torna impossível nós chegarmos a qualquer resultado, a qualquer resolução, a qualquer normativa.



Eu gosto muito da fala do Sr. Raimundo e estou de acordo em que, muito ao contrário de se pensar em equipamentos culturais de leitura empobrecedores ou que não atendam às demandas, a mim me parece que o importante, ou pelo menos o nevrálgico, é que se garanta a todas as crianças brasileiras, a todos os estudantes, a criação e o estabelecimento do hábito de leitura. A partir do hábito da leitura é que nós teremos boas bibliotecas escolares e, no futuro, bibliotecas especializadas e bibliotecas universitárias sendo efetivamente frequentadas.

Com isso, não estou dizendo, evidentemente, que não se deve trabalhar para que nós tenhamos os melhores equipamentos culturais, as melhores bibliotecas, com alta tecnologia, obviamente. A Finlândia, por exemplo, inaugurou nesta semana uma biblioteca impressionante, incrível, em Helsinki. Trata-se de uma biblioteca escolar. De fato, todo esse financiamento, na Finlândia, dá-se no âmbito da sala de aula, como a apresentação do livro, esse material ou produto simbólico e cultural que tem a capacidade de transformar. Com certeza, se passarmos o microfone pelo auditório, muitas pessoas poderão testemunhar isto: hoje conseguiram mobilidade social, dignidade social e um emprego razoável devido ao poder que a leitura e o livro tiveram em suas vidas.

Parece-me que o grupo de trabalho deu este primeiro pontapé. Nós temos muito o que fazer, mas, de fato, a capacidade de empatia de todas as vozes. Mercado editorial, bibliotecários, Câmara dos Deputados, enfim, todos esses personagens evidenciam um desejo único, que é garantir o acesso democrático a esses bens simbólicos.

Obrigado, Deputado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto. PSDB - SP) - Agradeço a todos os nossos palestrantes e a todos que participaram. Agradeço a todos a presença.

Antes de encerrar os trabalhos, quero convidá-los para o Seminário Internacional de Educação em Tempo Integral, que será realizado no dia 12 de dezembro, às 8 horas, neste plenário, atendendo a requerimento de autoria dos Deputados Danilo Cabral e Alex Canziani. Em seguida, haverá Reunião Deliberativa Ordinária.

Agradeço a todos, dizendo da nossa expectativa em relação à resolução. Já faz 8 anos que a lei foi sancionada, e ainda não tivemos uma resolução. É importante que esse grupo de trabalho tenha chegado a um consenso, para que efetivamente, neste oitavo ano da lei, tenhamos a resolução. Assim, no futuro, poderemos aprimorá-la, melhorá-la, para fazer com que de fato exista uma biblioteca em cada escola pública e privada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CE (Reunião, Audiência Pública)

06/12/2018

Obrigado a todos. Que Deus os abençoe!

Desejo a todos um ótimo Natal!

Está encerrada a reunião.